

# Conselheiros não querem rever a redução do poder das PMs

Do enviado especial a Itaipava

A maioria dos membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais manifestou-se contra a revisão de sua decisão de reduzir os poderes das polícias militares, considerando-a "matéria vencida". O tema voltou ao debate na plenária de ontem, no Centro de Estudos e Conferências do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava (distrito de Petrópolis, 66 km ao norte do Rio). O presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, disse que tem recebido "volumosa manifestação a este respeito", mas que encara a questão "com tranquilidade: só haverá reexam e se houver, por parte do plenário, uma manifestação bem fundamentada neste sentido" — o que não ocorreu ontem.

O jurista Miguel Reale, que, desde a plenária do dia 5 de maio, quando ocorreu a decisão, posicionou-se contra a idéia, disse ontem que "nós reduzimos as polícias militares a corpo de bombeiros e tropa de

choque, o que, na prática, significa acabar com a instituição".

"Nós já resolvemos este problema, pois a comissão compete abrir o debate. E foi isso que ocorreu", afirmou o advogado José Alberto Assumpção. "Rever o tema seria abrir um perigoso precedente, pois, com isto, poderia ser defendida a revisão de qualquer tema. Não queremos isto", declarou o jurista José Afonso da Silva.

Ontem, a comissão decidiu restringir as intervenções dos conselheiros durante suas reuniões plenárias, para reduzir o tempo das discussões. A partir de agora, os conselheiros só poderão falar à plenária se tiverem proposta contrária à do relator da matéria, e as intervenções podem durar apenas um minuto. A comissão definiu também a realização de um novo "esforço concentrado" nos dias 4 a 9 de agosto, novamente em Itaipava. Com estas medidas, os conselheiros esperam evitar mais um atraso na conclusão de seu anteprojeto de Constituição — que deve ser entregue ao presidente Sarney em setembro.